

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
<i>Capítulo 1</i>	
AS TÉCNICAS DE DISSUAÇÃO (SANÇÕES ECONÔMICAS E PRISÃO) POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	27
1.1. Apresentação do problema.....	27
1.2. A técnica da dissuasão – <i>deterrence</i>	28
1.3. A aptidão do processo judicial para alcançar o efeito econômico dissuasório.....	31
1.4. A correta percepção judicial a respeito da exigência de pagamento da multa	36
1.5. Os meios econômicos de dissuasão da jurisprudência do superior tribunal de justiça	38
1.6. Os meios não-econômicos de sanção, as tutelas executivas atípicas. O caso da prisão, na jurisprudência do superior tribunal de justiça	41
1.7. Conclusão	46
<i>Capítulo 2</i>	
COMO A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL E A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA ESTIMULAM A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.....	47
2.1. A exposição do problema	47
2.2. Que dados compõem a estratégia processual frente à possibilidade de uma sanção econômica?	49
2.3. Analisando economicamente a condenação por litigância de má-fé no sistema processual civil brasileiro.....	51
2.4. A taxa de recorrência da aplicação das sanções por litigância de má-fé no superior tribunal de justiça.....	54
2.5. Conclusão	55

Capítulo 3

A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E A PRODUÇÃO DE PROVAS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	57
3.1. Exposição do problema.....	57
3.2. A exposição das provas e os custos sociais.....	58
3.3. A audiência preliminar (cpc-73) era um meio adequado de intercâmbio de informações? O saneamento e organização do processo trazido pelo cpc-2015 aprimoraram o sistema?	60
3.4. Conclusão.....	65

Capítulo 4

A ANÁLISE ECONOMICA DOS CUSTOS DO PROCESSO	67
4.1. Introdução.....	67
4.2. Os sistemas de pagamento das custas	68
4.3. As demandas regulares	68
4.4. As demandas frívolas	69
4.5. O custo social das demandas frívolas e os incentivos envolvidos.....	70
4.6. O acordo de compromisso	71
4.7. O sistema do código de processo civil.....	72
4.8. Conclusões.....	73

Capítulo 5

A ANÁLISE ECONOMICA DOS JULGAMENTOS SEGMENTADOS	75
5.1. Apresentação do problema.....	75
5.2. Julgamentos subjetivamente segmentados.....	76
5.3. Julgamentos objetivamente segmentados.....	78
5.4. Conclusões.....	84

Capítulo 6

A TRANSAÇÃO COMO ALTERNATIVA À DEMANDA - ANÁLISE ECONÔMICA	87
6.1. A exposição do problema	87
6.2. O modelo de crenças exógenas.....	88
6.3. O modelo de informação assimétrica.....	89
6.4. A aversão ao risco e efeito dotação	92
6.5. A transação do direito processual civil brasileiro	95
6.6. Conclusões.....	97

Capítulo 7

A ANÁLISE ECONÔMICA DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	99
7.1. A apresentação do problema	99

7.2. A verticalização das decisões judiciais no brasil.....	100
7.3. A técnica dos precedentes e seus efeitos sobre as decisões de interposição de demandas	103
7.4. A crítica à verticalização.....	107
7.5. Conclusões.....	108
Capítulo 8	
OS JUÍZOS DE PROBABILIDADE NA CONCESSÃO DE TUTELAS PROVISÓRIAS LIMINARES.....	111
8.1. Apresentação do problema.....	111
8.2. A tipologia das tutelas provisórias no processo civil brasileiro.....	111
8.3. Analisando os juízos hipotéticos.....	114
8.4. Conclusões.....	116
Capítulo 9	
A CORREÇÃO JUDICIAL NA FORMULAÇÃO DA DEMANDA – A CONDENAÇÃO EM PARCELA NÃO REQUERIDA.....	117
9.1. Apresentação do problema.....	117
9.2. O fundamento do princípio da adstrição.....	118
9.3. A alteração judicial do pedido	120
9.4. Conclusões.....	125
Capítulo 10	
AS DECISÕES JUDICIAIS EM QUESTÕES AMBIENTAIS - FUNDAMENTOS PARA UMA ANÁLISE ECONÔMICA	127
10.1. Introdução.....	127
10.2. A natureza do direito ao meio ambiente e a ação estatal	127
10.3. Decisão judicial e meios de concretização	130
10.4. Decisão judicial e externalidades negativas	133
10.5. Os princípios da prevenção e da precaução.....	136
10.6. Conclusão.....	138
Capítulo 11	
O PROCESSO CIVIL AMBIENTAL: A RESPONSABILIDADE POR DANOS ACIDENTAIS SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E A ABORDAGEM DE LEONARD HAND.....	141
11.1. Apresentação do problema.....	141
11.2. A culpa em sentido estrito e a fórmula de hand.....	142
11.3. Atribuição de responsabilidade nos danos acidentais e a análise econômica no caso de negligência	146
11.4. Os princípios prudenciais e a responsabilidade ambiental objetiva	148
11.5. O nexo de causalidade e responsabilidade objetiva.....	150

11.6. A fórmula de hand pode ter efeito na estipulação da indenização?	151
11.7. Conclusão	154
REFERÊNCIAS	155